

O PROTAGONISMO DO MARANHÃO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Maria Ozanira da Silva e Silva¹

Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira²

Maria Virginia Moreira Guilhon³

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa⁴

1 INTRODUÇÃO

Nesse artigo procuramos desenvolver uma reflexão sobre o protagonismo dos assistentes sociais do Maranhão no processo histórico de construção do Serviço Social brasileiro. Partimos do pressuposto de que as origens, a inserção e o desenvolvimento do Serviço Social no Maranhão só podem ser compreendidos no contexto do desenvolvimento do Serviço Social na sociedade brasileira e na sociedade maranhense, o que significa que o Serviço Social se gesta e se desenvolve no âmbito das relações sociais.

Percorrer o movimento histórico do Serviço Social significa enfrentar o embate entre o conservadorismo e a renovação que marca todo esse processo enquanto um movimento dialético que situa o Serviço Social no âmbito da estrutura e da conjuntura da sociedade brasileira e maranhense.

Partimos do surgimento do Serviço Social ainda enquanto uma atividade social de bases mais doutrinárias que científicas. Situado no âmbito de um movimento reformista conservador, orientando-se inicialmente pela posição da Igreja Católica sobre a questão social, percebida não como uma questão econômica, social e política, mas como uma questão religiosa e moral. Essa questão social é situada numa sociedade harmônica, sem contradições, sendo a desigualdade social percebida como natural e inevitável, cabendo ao Estado a promoção do bem-comum.

¹ É Doutora em **Serviço Social**; coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e coordenadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza – GAEPP (www.gaepf.ufma.br) da Universidade Federal do Maranhão. É pesquisadora nível IA do CNPq.

² É doutora em **Economia Aplicada** e professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão.

³ É doutora em **Economia Aplicada** e professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

⁴ É doutora em **Políticas Públicas** e professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

No seu caminhar histórico, o Serviço Social desenvolve um processo de secularização da profissão, o que demanda a ampliação do seu suporte técnico-científico. Sai do âmbito das instituições religiosas, criando escolas e se inserindo nos complexos universitários, faculdades, departamentos acadêmicos, cursos, etc. Transforma-se numa atividade profissional, buscando novas bases teórico-metodológicas. A influência decorre do avanço das Ciências Sociais, marcadas pelo pensamento conservador de caráter positivista-funcionalista, orientado pela vertente empiricista, o que reforça e dá suporte a uma tendência pragmatista da profissão. O Serviço Social, nessa perspectiva, faz a passagem da influência do pensamento conservador europeu (escola franco-belga) para o pensamento conservador norte-americano, orientado pela visão de uma sociedade harmônica, funcionalmente articulada, e por uma utopia da comunidade e da solidariedade.

Esse processo segue marcando-se pelo rebatimento do Movimento de Reconceituação do Serviço Social que eclode na América Latina a partir dos anos 1960. O Movimento de Reconceituação configura-se no Brasil, até início dos anos 1970, por um esforço de atualização da herança conservadora da profissão. As demandas postas pelo capitalismo monopolista em expansão foram pela modernização do aparato profissional, com manutenção dos compromissos sócio-políticos anteriores, diretamente provenientes do Estado, de instituições e empresas privadas.

Todavia, a partir da segunda metade dos anos 1970, setores da categoria dos assistentes sociais, que já haviam esboçado um movimento “mudancista” no período 1960-1964, durante a efervescência dos movimentos sociais do campo e da cidade, começam a desenvolver um significativo movimento na perspectiva de ruptura com a herança conservadora que marcava o Serviço Social. Esse esforço situa-se no âmbito da eclosão de fortes movimentos da sociedade brasileira contra a ditadura militar implantada no país em 1964. O conteúdo desse movimento se expressa na busca de novas bases teórico-metodológicas para a profissão, buscando a Sociologia Crítica e principalmente o referencial marxista; a desmistificação da pretensa neutralidade da profissão e a busca de estabelecimento do compromisso profissional agora com os segmentos populacionais subalternizados, na sociedade brasileira, que representam os sujeitos principais de nossa ação profissional.

Na contemporaneidade busca-se maior consolidação e aprofundamento da vertente de ruptura com o conservadorismo da profissão, consolidando-se o Projeto Ético-Político Profissional que se direciona para o desenvolvimento da formação

profissional em nível de graduação e de pós-graduação; para a produção do conhecimento sobre questões específicas do Serviço Social e sobre a realidade social e para a organização da categoria profissional em articulação com as organizações dos trabalhadores brasileiros.

Dar conta de uma demanda de resgate do protagonismo do Maranhão no processo de construção do Serviço Social brasileiro, num ato de homenagem aos 70 anos de Serviço Social no Brasil, significou também resgatar os 55 anos de Serviço Social no Maranhão. Foi uma tarefa difícil pela amplitude do conteúdo a ser resgatado. Foi também uma tarefa carregada de muita emoção, pois desvendamos, nessa reflexão, o protagonismo de cada uma de nós, umas mais e outras menos, em todo esse processo. No final, foi muito gratificante verificar que o Maranhão, através da participação direta de alguns sujeitos e apoio da larga maioria da base profissional no Estado teve uma presença e uma efetiva contribuição durante todo o processo.

Sabemos que esse artigo representa apenas um olhar sobre o objeto de reflexão. Muitos outros olhares podem ser construídos, pois a realidade, por ser complexa, não se deixa ser capturada de uma só maneira e, muito menos, na sua totalidade. Ademais, cada um de nós tem sua própria história e referências.

Gostaríamos muito que essas reflexões tivessem contado com uma participação mais direta de três assistentes sociais maranhenses, protagonistas de destaque no processo considerado. São elas: Josefa Batista Lopes, Marina Maciel Abreu e Franci Gomes Cardoso. Elas foram convidadas a participar da elaboração desse artigo, mas devido ao exíguo tempo concedido pelas editoras desse número especial da Revista Serviço Social & Sociedade, foi impossível sua participação. Foi impossível porque as três continuam contribuindo para o protagonismo do Maranhão no Serviço Social brasileiro. Elas, atualmente, compõem a direção nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Estão com uma tarefa datada e muito relevante que é organização do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social que será realizado em dezembro de 2008 em São Luís/Maranhão. Mesmo não participando da elaboração deste artigo, contribuíram com depoimentos e cessão de documentos.

Para elaboração do artigo, nos valem da nossa memória, das produções bibliográficas e documentais, destacando apenas os livros publicados pela Cortez e Veras, editoras de São Paulo, portanto, livros de circulação nacional de autoras

maranhenses em razão dos limites de um artigo⁵; de conversas informais com colegas e de um debate coletivo entre as autoras.

O artigo é estruturado em três itens, além desta introdução. Inicialmente, abordamos o Serviço Social no Maranhão situado na dinâmica do Serviço Social brasileiro, destacando seu surgimento e sua expansão, com realce à vertente modernizadora da profissão. Seguindo, procuramos refletir a contribuição do Maranhão na construção do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, tomando a intenção de ruptura como eixo articulador dessa construção. Seguimos abordando a contribuição do Maranhão na consolidação do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, situando a profissão nas atuais transformações societárias.

2 O SERVIÇO SOCIAL DO MARANHÃO NA DINÂMICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: de operador da caridade e do assistencialismo à agente de mudança

2.1 O Surgimento do Serviço Social no Maranhão

A emergência do Serviço Social no Maranhão se dá num contexto marcado nacionalmente, em termos políticos, pela busca de legitimação do sistema capitalista em consolidação, através da política de massas, representada pelo populismo. No Maranhão, vivenciava-se uma opressão marcante, imposta por uma estrutura política e social comandada por uma liderança ultraconservadora que se baseava no domínio do latifúndio e na liderança dos "coronéis", ocasionando estagnação social, política e cultural (SILVA, 1995, p. 64).⁶

Nesse quadro, por um lado, se desenvolve a organização dos trabalhadores do campo e por outro, a ação social da Igreja Católica marcada "pela "vigilância" de possíveis infiltrações de "ideologias estranhas", incompatíveis com o "espírito cristão", postura essa que permitiu uma convivência mais ou menos pacífica com o poder político ultraconservador" (SILVA, 1995, p. 63).

⁵ Além das obras de circulação nacional que são consideradas no decorrer desse artigo, cabe registrar outros, livros de assistentes sociais autoras maranhenses publicados por editoras locais, mas de significativa relevância para o Serviço Social e para as Ciências Sociais. Entre as autoras, merecem destaque: Terezinha Moreira Lima, Cândida Costa; Raimunda Nonata Santana; Maria Jacinta da Silva, Selma Muniz Marques da Silva, Lília Penha Viana Silva.

⁶ No período de 1945 a aproximadamente 1965, o personagem de maior destaque na política maranhense foi o pernambucano Vitorino Freire, deputado federal de 1945 a 1947 e senador de 1947 a 1970, elegendo vários governadores e instituindo uma corrente política denominada de "vitorinismo" que conduziu o Maranhão à estagnação econômica e social. Isso porque ele instituiu um jogo político baseado numa ação clientelista e num mandonismo aberto ... "sustentando seu domínio no controle da máquina estatal, na onipresença da polícia e na manipulação eleitoral". (GUILHON, 2007 p. 127).

Foi então criada a Ação Social Arquidiocesana para prestar assistência material e espiritual à população dos bairros pobres de São Luís, sendo que a partir de 1952, quando D. José Delgado assumiu o arcebispado da capital, intensificou-se a atuação da Igreja no campo social voltada, principalmente, para o meio rural.

Surgem os movimentos de jovens - JAC, JEC, JOC e JUC; a Ação Católica Operária (AÇO); a Cooperativa Banco Rural do Maranhão; a União Agropecuária Ltda. (UNAPE); a Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana (MIRA); o Departamento Universitário de Rádio, Imprensa e Livro e o Movimento Familiar Cristão; amplia-se o número de faculdades e funda-se a Universidade Católica do Maranhão (SILVA, 1995, p. 63).

Nesse período, é criado o Movimento de Educação de Base (MEB) no Maranhão, em convênio da Igreja com o Estado, voltado para mobilização e organização das camadas populares. Todavia, essa experiência retrocede a partir de 1964, com o golpe militar e com a substituição do Arcebispo, que encerrou suas atividades em 1967.

Em 1943, a Legião Brasileira de Assistência — LBA se instala no Maranhão. Amplia suas funções então desenvolvidas junto às famílias dos expedicionários para o campo da assistência à maternidade e à infância; cria o Curso de Auxiliar Social, em 1949, instituindo as bases para a prática do Serviço Social. Em 1950 foi criado o Curso de Assistência Social, mantido pela LBA, instituindo-se, em 1953, por D. José Delgado, a então Escola Maranhense de Serviço Social, por intermédio da Sociedade Feminina de Instrução e Caridade — Instituto das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado.

O Decreto n. 3, 1953, do Arcebispo Metropolitano de São Luís, que cria a Escola, destaca que “o curso terá cadeira de especialização ruralista e interessar-se-á pelos problemas de imigração e emigração, sem prejuízo de sua natureza específica” (SILVA, 1995, p. 64). Esse decreto é publicado no Jornal *O Imparcial*, de 10 de fevereiro de 1953 e a Escola Maranhense de Serviço Social foi instalada, solenemente, no dia 2 de abril de 1953, sendo considerada de utilidade pública pela Lei 1.114, de 31 de dezembro de 1953. A aula inaugural foi proferida no dia 4 de abril de 1953, iniciando-se o primeiro ano letivo regular no dia 6 de abril. Em 1954, o corpo discente da Escola Maranhense de Serviço Social foi acrescido pelos alunos do Curso de Assistência Social que vinha funcionando desde 1950.

O Curso de Serviço Social do Maranhão obteve o reconhecimento do Governo Federal pelo Decreto n° 39.082, de 30 de abril de 1956. Seu Regimento Interno indicava as seguintes finalidades:

Promover a formação de pessoal técnico habilitado para execução e direção do Serviço Social em qualquer de seus campos;

Aperfeiçoar e propagar os conhecimentos técnicos relativos ao Serviço Social;

Contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução dos problemas sociais (SILVA, 1995, p. 65).

Em 1961, a Escola Maranhense de Serviço Social é agregada à Universidade Católica do Maranhão, criada pelo Decreto n.º 47.784, de 10 de fevereiro de 1960 e reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto n.º 50.832, de 22 de junho de 1961, passando a denominar-se Faculdade de Serviço Social. Em 1967, a então Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica do Maranhão, passa a integrar a Fundação Universidade do Maranhão, constituída pelo Governo Federal através da Lei n.º 5.152, de 21 de outubro de 1966.

2.2 A Expansão do Serviço Social no Maranhão no Contexto da Vertente Modernizadora do Serviço Social Brasileiro

O Serviço Social no Maranhão registrou intenso desenvolvimento do final da década de 1960 e início da década 1970. Vivenciava-se em nível nacional o Golpe Militar de 1964, contexto de consolidação do capitalismo associado ao capital estrangeiro, quando a política de massa deu lugar à repressão dos movimentos organizados da sociedade brasileira. Nesse contexto, os programas de educação popular em desenvolvimento são progressivamente desativados e o movimento popular e sindical é reprimido.

No Maranhão, o conservadorismo vitorinista foi interrompido com as eleições de 1965, quando o grupo de José Sarney assume o poder político no Estado. José Sarney foi eleito Governador do Maranhão pela UDN em coligação com os partidos de oposição e apoio do governo militar, assumindo o poder do Estado em 31 de março de 1966. Ergue a bandeira da modernização e do desenvolvimentismo, buscando sua legitimação e apoio nas camadas populares, ostentando o *slogan* "Maranhão Novo". Propõe-se a transformar a vida econômica, social e política do Estado, numa aliança com a política nacional direcionada para estabelecer as condições para expansão do capital monopolista.

Enquanto, em âmbito nacional, se vivenciava um contexto de repressão e desmobilização política, contraditoriamente, o Maranhão passou a adotar uma política de massa, já superada em nível nacional. Para Caldeira (1978, p. 78), na verdade, o chamado sarneísmo tinha uma postura ideológica ambígua, tendente a

assumir os mesmos conteúdos da ordem política nacional. Em âmbito local, ele substituiu o coronelismo rural típico do vitorinismo por um coronelismo urbano, sustentado por um lado, num processo clientelístico de intermediação de interesses dos seus aliados. Por outro lado, na sua influência pessoal sobre as populações, caracterizando-se por um tipo de personalismo político. No discurso, procurava a

Integração da sociedade maranhense no contexto político e social da época, propondo-se a corrigir, sanear e mudar a realidade política, econômica e social do Maranhão, adotando a política de modernização (SILVA, 1995, p. 66).

A modernização proposta deveria chegar ao setor agrícola, considerado prioritário, e o setor público deveria se tornar mais produtivo e eficiente. Para efetivação desse projeto, foi instituído, em 1966, um Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento — GTAP, transformado, em 1967, na Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão — SUDEMA, institucionalizando-se o planejamento, considerado mecanismo eficaz para a transformação do Estado.

Inicia-se, em 1966, uma campanha nacional de divulgação das potencialidades do Estado na busca de investimentos para zona rural, atraindo empresários do Centro-Sul para a implantação de projetos agropecuários e de colonização, além de incentivos fiscais oferecidos pela SUDENE, SUDAM e o Governo do Estado. Ao mesmo tempo, a modernização do setor agrícola merecia atenção através da introdução de novas tecnologias, política de crédito rural, garantia de preços, eletrificação da zona rural e construção de estradas (SILVA, 1995, p. 67).

O entrave maior ao processo modernizador era a existência de elevado índice de analfabetos no Estado, chegando a 80%. Para enfrentar essa situação, Sarney desenvolveu uma forte política educacional, criando o Projeto "João de Barros" e os Ginásios Bandeirantes, para atender a todo o interior do Estado, implantando em São Luís a Televisão Educativa⁷.

Nesse contexto, o governador se propõe a “governar com o povo” para criar um "Maranhão Novo", que implicaria na renovação das mentalidades, valendo-se da proposta de ação comunitária desenvolvida pela SUDENE, e da experiência

⁷ O Projeto "João de Barros" teve inspiração no trabalho do MEB e no método de Paulo Freire, visando à alfabetização de adultos em articulação com a vivência do cotidiano da população rural, voltando-se para a conscientização das populações e de seu papel como agente participativo na resolução dos problemas comunitários e no desenvolvimento econômico-social do Maranhão. Os Ginásios Bandeirantes visavam à interiorização do curso ginasial, vinculando ao ensino de nível médio a preparação de recursos humanos, enquanto a TV Educativa direcionava-se para a preparação de mão-de-obra, no meio urbano, pela massificação do ensino médio em São Luís, voltado para as camadas mais pobres da população.

de mobilização popular do MEB, isso ocorrendo no contexto nacional de plena vigência de atos institucionais repressivos. Todavia, o projeto agropecuário do governo agravou os conflitos pela posse da terra, aumentando os latifúndios improdutivos, fazendo crescer a população dos "sem terra" e intensificando a prática da grilagem, com conseqüente incremento da taxa de urbanização do Estado.

É no centro de uma sociedade brasileira tensa e de um Estado que contraditoriamente tenta adotar uma política de massa para desenvolver a "modernização e a renovação da mentalidade política", que o Serviço Social viveu significativo momento de expansão no Maranhão.

Esse quadro situacional passou a exigir do governo medidas que atenuassem suas conseqüências. O Serviço Social foi chamado para lidar com as seqüelas do projeto modernizador do Governo Sarney e abrir caminho para que seu programa de governo fosse implantado sem maiores entraves (SILVA, 1995 p. 70).

Além da exigência posta pela realidade, o Serviço Social no Maranhão se desenvolveu, nesse período, também devido à ação profissional da assistente social Mirtes Haickel Fonseca. Essa assistente social desfrutava de prestígio pessoal perante o governador e teve intensa participação no movimento nacional ligado à re-conceituação de caráter modernizador, iniciado com o Encontro de Araxá, do qual foi participante. Integrou o grupo da SUDEMA, responsável pelo planejamento no Estado, e teve forte influência na montagem do currículo do curso de Serviço Social de 1970, introduzindo e assumindo a disciplina Planejamento Social na então Faculdade de Serviço Social. Mirtes foi ainda responsável pela criação da Agência de Menores em 1966. Esta foi transformada, em 1967, em Fundação do Bem Estar Social do Maranhão — FBESMA, passando a ser o órgão executor dos trabalhos de Serviço Social no Estado, cujos maiores esforços se voltaram para ações comunitárias, mediante a criação de centros comunitários nos bairros de São Luís e pelo desenvolvimento de atividades comunitárias em apoio aos programas de saúde e saneamento. Nesse âmbito, foi significativa a realização de encontros de esposas de prefeitos do Estado, na busca de apoio aos projetos desenvolvidos pelo governo, além da ênfase dada ao treinamento de pessoal.

Foram intensas as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social em São Luís e nas cidades do interior do Estado, destacando-se a realização, através da FBESMA, de atividades de remoção de favelas que ocupavam áreas privilegiadas de São Luís, onde foi, posteriormente, construída uma avenida que hoje se constitui

importante via comercial e de acesso de vários bairros ao centro da cidade. A população foi transferida para um novo bairro, onde foi desenvolvida uma experiência que foi tomada como modelo durante algum tempo, através da implantação de um centro comunitário e o desenvolvimento de projetos agrícolas e de urbanização.

Outra experiência significativa para o Serviço Social no período 1966-1969 foi a participação de Olga Mohana, assistente social do Maranhão e professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, e várias de outros Estados, sob a supervisão da assistente social Hebe Gonçalves, em experiências de transferência de populações para construção da Hidrelétrica de Boa Esperança na divisa do Maranhão com o Piauí. Nessa experiência, cabia ao assistente social desenvolver atividades de mobilização e organização comunitária, em apoio ao planejamento e à execução da obra e a realização de pesquisas sócio-econômicas.

A partir de 1971, dá-se a incorporação da ideologia desenvolvimentista, hegemônica no âmbito da formação profissional do assistente social no Brasil, no ensino do Serviço Social no Maranhão, rebatendo em conteúdos do ensino teórico-prático, com ênfase ao ensino e à prática do Desenvolvimento de Comunidade. Destaca-se a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária — CRUTAC pela UFMA, que passou a se constituir no mais significativo campo de estágio interprofissional no meio rural, passando a ser um dos principais campos de estágio para o Curso de Serviço Social.

No âmbito específico do Curso de Serviço Social, foi criado, no mesmo ano, o Centro de Atuação Universitária em Desenvolvimento de Comunidade — CAUDEC. Foi uma experiência piloto de desenvolvimento de comunidade, de caráter interprofissional, na área urbana, sob a coordenação da então Faculdade de Serviço Social da UFMA, mediante convênio com a Companhia de Habitação Popular do Maranhão, tendo como área de atuação três conjuntos habitacionais populares. Explicitamente, esta proposta se apresentava com a preocupação de integrar a Universidade ao processo de desenvolvimento do Estado.

O exposto indica que o avanço do Serviço Social no Maranhão, no período 1966 a 1970, estendendo-se a anos subseqüentes, transformou o assistente social de “agente da caridade e da assistência” para “agente de mudança”, passando a ser considerado um profissional

importante e valorizado no processo de desenvolvimento; disseminando a ideologia desenvolvimentista calcada na teoria da

modernização; quebrando possíveis bloqueios e resistências à implantação do projeto modernizador desenvolvimentista; incorporando a participação das populações no desenvolvimento dos projetos do governo no sentido de torná-los economicamente mais viáveis; atenuando as tensões criadas pelo agravamento das desigualdades e pela injustiça gerada pelo processo de desenvolvimento, criando, enfim as condições ideológicas e o clima social necessários ao projeto do governo e não do povo (SILVA, 1995, p. 72-3).

No contexto dos anos 1970, é importante considerar que a euforia popular do Governo Sarney é restringida, com a redução da participação popular, a partir dos Governos de Pedro Neiva de Santana (1971-74) e Oswaldo da Costa Nunes Freire (1975-1978). Sarney tinha sido eleito pelo voto popular, enquanto esses governadores foram indicados pelo governo da Ditadura Militar, embora, durante todo o seu mandato, Sarney tenha se aliado ao governo militar. São, então, aprofundadas no país as relações autoritárias, com a concentração do poder pelo executivo, reduzindo as universidades a um mero espaço de formação de mão-de-obra para o processo de desenvolvimento. A pesquisa praticamente ficou limitada à área técnica e o debate era reprimido, com forte restrição e controle ao acesso a determinadas fontes bibliográficas, além da intensa repressão.

O Serviço Social, nesse contexto, tanto em nível nacional como local, voltou-se para o aperfeiçoamento de seus métodos e de suas técnicas. A busca do cientificismo e da eficiência permitiu eleger o planejamento e a operação acrítica das políticas sociais como meios para permitir a esses profissionais se voltarem, sobretudo, para o trabalho comunitário interprofissional, em aliança com o Estado ou para a prática do assistencialismo, enquanto uma benevolência do Estado (SILVA, 1995, p. 93).

Em 1977, a então Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão se desdobra, por força da reestruturação da Universidade, em decorrência da implantação de mais uma etapa da Reforma Universitária, em Departamento de Serviço Social, enquanto unidade administrativa, e em Curso de Serviço Social, enquanto unidade pedagógica, estrutura essa ainda mantida em 2008.

3 O MARANHÃO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: a intenção de ruptura como eixo articulador⁸

3.1 O Surgimento e Caracterização do Projeto Profissional de Ruptura

⁸ Empregamos aqui a expressão **intenção de ruptura** e, posteriormente, a expressão **Projeto Profissional de Ruptura**, a primeira foi uma expressão cunhada por Netto (1991) e a segunda é utilizada por SILVA (2007). Contudo, registramos que alguns integrantes do grupo do Maranhão, especialmente aqueles com maior envolvimento na construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, utilizam o termo **Projeto Profissional Alternativo**. Não é, porém, objetivo deste artigo discorrer sobre esta polêmica.

Na efervescência do populismo (1961-1964) se verificou a manifestação de uma vertente caracterizada como “mudancista” (SILVA, 2007, p.28), no interior da profissão, identificada com as reformas de base propostas por amplos segmentos da sociedade brasileira (operários, camponeses, intelectuais, estudantes, etc.). O Serviço Social brasileiro, até meados da década de 1970, tinha como orientação hegemônica um projeto profissional caracterizado pelo conservadorismo.⁹

A conjuntura marcada pelo desenvolvimentismo nacionalista e pelo movimento de reformas de base é alterada, significativamente, no período da Ditadura Militar que se propõe a promover a modernização da sociedade e a internacionalização da economia brasileira, pautada num padrão excludente de desenvolvimento. Essa conjuntura passa a colocar novas demandas ao Serviço Social, com rebatimentos e alterações nas bases e nas condições da formação¹⁰ e do exercício profissional.¹¹

Cabe lembrar que o esforço renovador do Serviço Social brasileiro, impulsionado, inicialmente, na primeira metade da década de 60 do século XX, além de favorecido pela conjuntura nacional de radicalização do populismo com eclosão de significativos movimentos no campo e na cidade, foi também impulsionado pelo Movimento de Reconceituação em vigor nos vários países latino-americanos. Esse Movimento já vinha esboçando críticas ao projeto profissional até então hegemônico no Serviço Social. No Brasil, esse movimento de crítica encontra-se inicialmente embasado numa tendência política e ideológica modernizadora, a qual,

expressa relevante esforço de tecnificação e ampliação das funções da profissão, com vistas a atender às demandas postas na sociedade brasileira no sentido de criar as condições para a consolidação do capitalismo monopolista no país (SILVA, 2007 p.67).

Nesse contexto, porém, produz-se um cenário que comporta não apenas o atendimento das requisições da autocracia burguesa, atendimento expresso nas

⁹ O caráter conservador do projeto profissional do Serviço Social se expressava, sobretudo, pela sua adesão ao projeto burguês vigente no país, pela carência de elaboração teórica explicada pelas marcas do positivismo que atribuía à profissão, na divisão técnica do trabalho, a atribuição tão somente de intervir na realidade social; por uma prática profissional orientada para o atendimento das demandas institucionais; por uma formação profissional marcada por conteúdos, inicialmente, derivados da Doutrina Cristã, e, posteriormente de conhecimentos de base positivista-funcionalista e por um posicionamento pautado pela “neutralidade” e não participação política.

¹⁰ A formação profissional do assistente social, ao inserir-se no espaço universitário, passa a assumir padrão acadêmico (NETTO, 1991, p. 129), com a interação com as Ciências Sociais, com a realização de atividades de cunho teórico, além de prático e com a própria alteração das condições de ensino, pautadas nas exigências próprias da vida universitária. Anteriormente, a formação do assistente social se dava em escolas isoladas, geralmente de cunho confessional, contando com poucos recursos materiais e humanos, estes últimos dedicados ao ensino inspirados nas idéias de esforço voluntário e de dedicação pessoal, motivadas por valores morais e humanos. Nestes espaços, ademais, predominavam relações de trabalho informais.

¹¹ No campo do exercício profissional, além de ter se alargado o espaço de atuação direta junto aos usuários no contexto de ampliação das Políticas Sociais, foram estimuladas as funções de planejamento, coordenação e administração de programas e projetos sociais, além de ter se aberto a possibilidade de inserção do assistente social em equipes interprofissionais (SILVA, 2007, p. 34). Esse fato representou a consolidação do mercado de trabalho nacional para o Serviço Social, dinamizado tanto por instituições estatais quanto por empresas privadas

propostas profissionais modernizadoras e de reatualização do conservadorismo¹². A partir da segunda metade dos anos 1970, é colocada, na agenda do debate do Serviço Social brasileiro, a necessidade de elaboração de um projeto de superação da direção histórica da profissão, com a colocação e sistematização de elementos de oposição e contestação ao Regime Militar, então vigente no país. No bojo desse processo de renovação pelo qual passa o Serviço Social brasileiro, podem ser encontradas, junto com outros projetos profissionais, as raízes de uma proposta nova que constrói as bases do atual Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, o denominado Projeto Profissional de Ruptura (SILVA, 2007).¹³ Esse novo projeto profissional redimensiona as três dimensões configurativas da profissão: sua dimensão acadêmica, organizativa e de intervenção na realidade social (SILVA, 2007). No campo da dimensão acadêmica, passa a se estruturar um novo projeto de formação profissional; os assistentes sociais passam a demandar maior participação no campo da produção do conhecimento e inserem-se no campo da pós-graduação, criando seus primeiros mestrados em 1973, na PUC/RIO e na PUCSP e o primeiro doutorado da América Latina na PUCSP, em 1981. Na dimensão organizativa, registra-se um grande avanço da organização dos assistentes sociais em articulação com a organização dos trabalhadores e, na dimensão de intervenção na realidade social, estruturam-se e se desenvolvem alternativas às práticas e concepções de intervenção profissional demandadas pelas instituições estatais e privadas, campos de atuação dos assistentes sociais. Nessa dinâmica, os profissionais conformam uma perspectiva renovadora auto-assumida como de ruptura, formulada num processo de recusa e crítica do projeto profissional até então hegemônico, buscando promover a efetiva negação do conservadorismo - marca histórica da gênese dessa profissão.

Portanto, o Projeto Profissional de Ruptura tem seu início na primeira metade da década de 1970 e seu aprofundamento na década de 1980, tendo o campo acadêmico universitário como espaço privilegiado de expressão.¹⁴ Para Netto (1991, p.247) “sua formulação inicial e aliás a mais abrangente, tem por cenário a escola de

¹² A reatualização do conservadorismo no âmbito do Serviço Social se expressa pela incorporação dos fundamentos teóricos da fenomenologia. Tal fato inscreve essa tendência nas fronteiras da ajuda psicossocial.

¹³ “Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais)” (NETTO, 1999, p. 4)

¹⁴ A explicação para o fato de o Projeto Profissional de Ruptura ter sido um “produto universitário” é buscada por Netto (1991, p.249-254), por um lado, nos obstáculos criados pela Ditadura Militar ao exercício profissional no sentido restrito, seja nas instituições do Estado, cujo caráter autoritário e mesmo repressor, não propiciava práticas contestadoras, seja nas instituições privadas, cujos controles impediam inovações prático-profissionais. Por outro lado, apesar de suas limitações, a academia se configurava um espaço menos estreito e menos adverso que os demais a “apostas de rompimento”.

Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais -, esta perspectiva aí permanecerá como inteiramente marginal até o fim daquela década”.¹⁵

Essa experiência é desativada em 1975, fazendo supor, inicialmente, que “a emergência da intenção de ruptura era algo episódico, marginal ao desenvolvimento do Serviço Social no Brasil” (NETTO, 1991, p.263). Essa suposição é contrariada, de uma parte, pelo desenvolvimento de outras experiências de natureza semelhante e por outra, pelo surgimento de uma vasta produção intelectual, constituída, sobretudo, por trabalhos de cursos de pós-graduação.

Para Netto (1991, p.248), a peculiaridade da perspectiva com intenção de ruptura face às demais tendências em disputa pela renovação profissional pode ser encontrada na concepção ideopolítica por ela assumida, que implicava necessariamente em oposição ao Regime instituído, resultando igualmente numa contraposição tanto à proposta modernizadora quanto àquela de renovação do conservadorismo.

Nesse processo, verifica-se que no campo da produção teórico-metodológica a profissão procura estabelecer interlocução com a teoria crítica, particularmente com o marxismo, e aponta para a ruptura com as bases teórico-metodológicas que historicamente lhe fundamentaram. Ao mesmo tempo, se aproxima dos segmentos subalternizados da sociedade definindo-os como usuários privilegiados de suas ações, procurando estabelecer compromissos políticos efetivos com estes. Da mesma forma, a profissão se articula com os movimentos sociais, particularmente, o movimento sindical que também naquele momento se rearticula e se mostra mais crítico e combativo.

Verifica-se que

politicamente, este processo teve seu marco no III CBAS, em 1979, na cidade de São Paulo, quando, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro” (REIS, 2001, p. 14).

Este ficou conhecido como o “Congresso da Virada”. Academicamente, se expressa na renovação da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), a qual encaminha a reforma curricular que é concluída em 1979, por ocasião da também chamada Convenção da “virada”. Este novo currículo passa a nortear os cursos de Serviço Social em todo o território nacional a partir de 1982. Em termos de organização da categoria, criam-se entidades em âmbito nacional a exemplo da

¹⁵A experiência de Belo Horizonte, através da qual emerge a perspectiva de ruptura, engloba atividades de pesquisa e extensão cuja elaboração implicava não apenas na crítica aos fundamentos teóricos tradicionais da profissão, mas também a apropriação de um arcabouço teórico-metodológico fundamentado na teoria crítica, em relação ao qual o Serviço Social não detinha acúmulo.

Associação Nacional de Serviço Social (ANAS) e busca-se incentivar a reorganização do movimento estudantil que passa a ter um protagonismo nessa dinâmica.

Nos anos 1980, o Projeto de Ruptura também avança a partir da construção e sedimentação de normativas que expressam compromissos em direção a uma nova ética da profissão vinculada aos interesses das classes trabalhadoras. A tradução concreta dessa nova postura, nessa década, se expressa no Código de Ética de 1986.

Até a década de 1980, de acordo com Netto (1991), a intenção de Ruptura é um Projeto Profissional insulado na Universidade. Nesse momento ele deixa de se circunscrever ao âmbito da academia onde foi gestado, passando a se inserir, enquanto temática, nos espaços de debates da categoria profissional. É certo que inicialmente encontrara dificuldade de estabelecer diálogo com as instâncias de representação da categoria profissional, sobretudo em razão dos constrangimentos políticos postos pela Ditadura Militar. Contudo, a partir de meados dos anos 1980, quando a autocracia burguesa começa a evidenciar sua crise e a classe operária reintroduz-se na cena política, impulsionando a abertura democrática, ela se fortalece e avança, a ponto de algumas vezes, “dar a falsa impressão de já ter alcançado uma hegemonia na representação do papel profissional (NETTO, 1991, p. 247).

Desde então, o Projeto Ético-Político da profissão passa a tomar a intenção de ruptura como parâmetro para a organização e dinâmica das diferentes dimensões que o constituem: a político-organizativa, a jurídico-política e a de produção de conhecimentos.¹⁶

A consolidação deste projeto na década de 1990 explicita a maturidade profissional do Serviço Social, manifesta, no âmbito acadêmico com o avanço da graduação e da pós-graduação, permitindo o acúmulo da produção de conhecimentos e, no âmbito da dimensão político-organizativa da categoria através de suas entidades e de seus fóruns deliberativos.

¹⁶ Os elementos que emprestam materialidade ao projeto ético-político se efetivam a partir de três dimensões articuladas:

a) Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; os processos reflexivos do fazer profissional, especulativos e prospectivos em relação a ele. Tem como parâmetro a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social;

b) Dimensão político-organizativa da profissão: os fóruns de deliberação das entidades representativas da profissão: o conjunto CFESS/CRESS; ABEPSS e as demais associações político-profissionais; movimento estudantil: conjunto de CA's e DA's e a ENESSO. É no âmbito destes fóruns consultivos e deliberativos das entidades representativas que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios.

c) Dimensão jurídico-política da profissão: são um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional. Essa dimensão comporta duas esferas diferenciadas, porém articuladas: um aparato político-jurídico de caráter estritamente profissional; e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente.

3.2 A Inserção e a Contribuição do Maranhão na formulação e resgate do Projeto Profissional de Ruptura

A participação do Maranhão na construção do Projeto Profissional de Ruptura tem como fator impulsionador o retorno de docentes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) de cursos de pós-graduação no final da década de 1970¹⁷. Tais docentes se apropriam da literatura crítica sob a influência e estímulo da professora Miriam Limoeiro Cardoso a qual acaba tendo importante papel na produção intelectual e na trajetória profissional desses docentes.

A expressão concreta da participação do Maranhão na construção do Projeto Profissional de Ruptura passa a ocorrer a partir de 1977. Neste ano se iniciam experiências de natureza semelhante àquela desenvolvida em BH, empreendidas por um grupo de professores do Departamento de Serviço Social da UFMA¹⁸, para os quais a extensão universitária passa a se constituir numa via privilegiada do exercício da docência e de inserção na realidade. Cabe dar relevo à experiência pioneira realizada na comunidade pesqueira de Boqueirão, em São Luís. Trata-se do “Modelo de Intervenção em nível de Educação Popular” elaborado sob influência das formulações de Boris Alexis Lima, e da “Experiência de Educação Popular” desenvolvida no município de Barreirinhas-MA, que, por sua vez, inspirava-se nas idéias de Paulo Freire.

Num esforço de análise dessa experiência destaca-se o fato de ela [...] consolidar uma prática de fato comprometida com os interesses e as lutas das classes subalternas em claro confronto com as tendências conservadora e modernizadora da profissão, situando-se claramente na vertente denominada por Josefa Batista Lopes de crítico-política, iniciada no Estado no final dos anos setenta do século XX” (BRANDÃO, 2007, p. 99).

Em 1979, com a ampliação das ações para outras áreas pesqueiras e com certo redirecionamento teórico-metodológico, reformula-se a proposta original e se elabora o projeto “Trabalho junto ao pescador artesanal da Ilha de São Luís”. A ampliação da proposta decorre, de um lado, da necessidade de dar uma resposta à demanda da então coordenadora do Curso de Serviço Social, Josefa Batista Lopes, cuja solicitação é motivada por sua inserção nos movimentos sociais, tanto gerais

¹⁷Trata-se, inicialmente, das professoras Évila Brito Ribeiro, Franci Gomes Cardoso, Marina Maciel Abreu e Josefa Batista Lopes, Ieda Cutrim Batista e logo após, de Alba Maria Pinho de Carvalho. Mais tarde, como parte de uma proposta de capacitação docente assumida pelo Departamento de Serviço Social da UFMA, a maior parte dos professores engaja-se em cursos de pós-graduação *strito sensu* de tal maneira que atualmente esse Departamento conta com 02 mestres, 12 doutores e 5 doutorandos de um total de 21 professores.

¹⁸ Essa proposta teve como autora Alba Maria Pinho de Carvalho e foi assumida como atividade de extensão por várias alunas e professoras do Departamento de Serviço Social da UFMA.

como da categoria profissional. Esta ampliação decorre, por outro lado, da exigência de expressar o próprio compromisso assumido com a população diante do “acirramento de uma expressão particular da questão social no Maranhão, a dos pescadores artesanais [...] a partir da instalação de Grandes Projetos Mínero-Metalúrgicos na capital” (BRANDÃO, 2007, p.107). Já o redirecionamento teórico-metodológico advém do aprofundamento do estudo das obras de Marx e Gramsci, o que permitiu o deslocamento da noção de comunidade que orientava a experiência pioneira para a categoria trabalho como eixo fundamental da proposta. Passa-se, então de um trabalho centrado na idéia de defesa do homem oprimido para a noção de compromisso da profissão com a classe trabalhadora.

Nesse mesmo período, realizam-se trabalhos em áreas urbanas do município de São Luís, articulados à questão da expulsão dos trabalhadores de seus locais de moradia, cujos exemplos importantes são o Projeto voltado para as Comunidades Residentes em Palafitas (Projeto PROMORAR)¹⁹ e o Projeto da Vila Embratel.

Constituindo-se em experiências de estágio e extensão, esses projetos tomam os fundamentos da pesquisa-ação como seus referenciais metodológicos. Nesse sentido, definiam eixos investigativos e eixos de mobilização e organização dos trabalhadores, vistos como sujeitos do processo.

Nesse mesmo contexto surge uma vasta produção intelectual, constituída, sobretudo, pelos trabalhos de cursos de pós-graduação dos docentes. É nesse âmbito que se situa a publicação em 1979 do livro **Objeto e especificidade do Serviço Social** de Josefa Batista Lopes, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão que “representa um marco histórico no Serviço Social, pois faz desencadear um intenso processo de discussão no interior da profissão, no sentido de repensá-la.” (SILVA, 2007, p.74) A autora desenvolve sua construção sobre o tema em quatro capítulos onde elabora indicações teóricas sobre a questão do objeto do Serviço Social chamando a atenção para a diversidade de objetos e especificidades no Serviço Social como possibilidade teórico-prática. Segue resgatando as formulações teóricas do Serviço Social latino-americano sobre o tema, considerando duas perspectivas profissionais: uma de integração social e outra, de libertação, o que evidencia ser esta uma contribuição relevante no período para o desenvolvimento do processo de construção do projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social.

Em 1982, Terezinha Moreira Lima publica o livro **A Política Social no Dia-a-Dia**, desenvolvendo uma análise sobre a Política Social brasileira pós-1964,

¹⁹ Essa experiência está relatada no livro SILVA; SOUZA, 1984.

considerando sua institucionalização, a fruição e a questão da consciência, complementando sua reflexão com uma caracterização da população usuária da política social, destacando a consciência da população usuária e as condições concretas para a prática da Política Social.

Em 1984, Maria Ozanira da Silva e Silva publica a primeira edição do livro **Formação Profissional do Assistente Social**: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão onde relata resultados de ampla pesquisa bibliográfica e de campo sobre a questão da formação profissional do Assistente Social, ressaltando o avanço da profissão em direção a uma nova formação do assistente social, tendo por referência o Projeto Profissional de Ruptura já hegemônico no âmbito do Serviço Social brasileiro. Relata e problematiza o processo de revisão curricular do Curso de Serviço Social da UFMA, evidenciando a sintonia e contribuição dessa unidade de ensino com a proposta de formação profissional preconizada pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social-ABESS para todos os cursos de Serviço Social no Brasil.

Em 1986, Alba Pinho de Carvalho publica o livro **A Questão da Transformação e o Trabalho Social**: uma análise gramsciana, procurando desenvolver uma reflexão acerca do Trabalho Social, denominação dada ao Serviço Social na América Latina, a partir do referencial de Gramsci, autor marxista de grande penetração no Serviço Social, que influenciou fortemente o esforço de ruptura do Serviço Social brasileiro com a sua vertente conservadora.

Em função da posição de vanguarda do seu grupo no processo de renovação da profissão, assume a presidência da então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) a professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Josefa Batista Lopes. Na sua gestão (1981-1983), desenvolve-se a primeira pesquisa nacional sobre o processo de formação profissional intitulada “A Formação Profissional do Serviço Social no Brasil – determinantes históricos e perspectivas”, a qual é coordenada pela professora Alba Maria Pinho de Carvalho. Isto porque é dada, no mandato da professora Josefa, atenção especial à revisão do currículo mínimo vigente e, conseqüentemente, dos currículos plenos dos cursos do Serviço Social no Brasil.²⁰

A revisão curricular é assumida como um amplo processo de avaliação e redefinição da formação profissional, o que demanda revisão da própria profissão em

²⁰ O currículo aprovado na XX Convenção da ABESS, em 1970 foi considerado já defasado por não incorporar os esforços de renovação profissional deflagrados desde os anos 1960 na América Latina. Assim, na Convenção de 1979 é aprovada nova proposta curricular que é posta em vigor a partir de 1982.

resposta às novas demandas postas no contexto de rearticulação política da sociedade brasileira. Assim, a formação profissional é questionada na sua fundamentação teórica, nos seus objetivos, e no seu conteúdo metodológico, expressando o caráter hegemônico do Projeto Profissional de Ruptura no âmbito do Serviço Social brasileiro, construído com intensa participação de assistentes sociais do Maranhão.

Nesse amplo processo de revisão curricular do Curso de Serviço Social do Maranhão no período 1977 a 1982, aspectos significativos da dinâmica da profissão no Estado foram incorporados, contribuindo largamente para o enriquecimento da formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA e para a prática profissional.

Cumprir destacar que, além da determinação de participar ativamente do processo de revisão curricular, o grupo de professores do Maranhão identificado com a proposta profissional de ruptura, formulou nos anos 1980 uma estratégia de atuação em âmbito nacional e estadual, constituída de mais três eixos articulados ao anterior. O primeiro desses eixos relacionava-se à pós-graduação. Nessa perspectiva, o Departamento de Serviço Social implanta, em 1980, um curso de especialização de caráter permanente contribuindo para o aperfeiçoamento de docentes e de um número significativo de assistentes sociais de instituições, algumas das quais eram campos de estágio do Curso. O curso de especialização visava difusão e consolidação do Projeto Profissional de Ruptura a partir da formação de quadros profissionais. Nessa dinâmica, merece ainda relevo a formulação de uma proposta de capacitação dos docentes através de cursos de mestrado e doutorado, além da participação em outros eventos acadêmicos.

O outro eixo dizia respeito à participação nos processos organizativos dos assistentes sociais e do movimento docente e sindical de um modo geral. Nesse particular, o chamado grupo do Maranhão articula professores e estudantes numa luta nacional na perspectiva de conquista da hegemonia da orientação profissional nos espaços de representação da categoria, dando-se destaque à sua participação na Convenção da ABESS de 1979 que aprovou o currículo mínimo e no conhecido “Congresso da Virada”, no mesmo ano. No nível organizativo, é necessário apontar a contribuição do grupo do Maranhão no processo de criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) e da Associação Profissional de Assistentes Sociais do Maranhão (APAS-MA).

“A ANAS protagonizou ampla e intensa mobilização dos assistentes sociais no país, destacando-se na ‘virada’ ocorrida no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em setembro de 1979, em articulação com os processos organizativos provocados e influenciados pelas greves do ABC paulista no mesmo ano” (ABREU; LOPES, 2007, p.23).

O intenso envolvimento desse grupo de profissionais também se dá na construção do Código de Ética de 1986 que traduz legalmente “a inversão ético-política do Serviço Social brasileiro, amarrando seus compromissos aos das classes trabalhadoras” (REIS, 2008, p. 3).

Destaca-se ainda a intensa participação de professores do Curso de Serviço Social na Associação de Professores da UFMA — APRUMA, assim como sua articulação com outros movimentos sociais e com entidades sindicais de outras categorias. Outra dimensão dessa participação se efetiva na militância político-partidária, inclusive através de candidaturas a cargos eletivos.

Merece menção, finalmente, o estímulo à mobilização e expansão do movimento estudantil, que participa ativamente de todo o processo de avanço teórico-metodológico e prático da profissão em âmbito local e nacional através de suas entidades representativas.

O outro eixo de atuação desse grupo refere-se à realização de pesquisas que passam a possibilitar a articulação de professores do Departamento de Serviço Social com colegas de outros Departamentos Acadêmicos da UFMA e com professores de outras universidades, ampliando a interlocução do Serviço Social do Maranhão com outros centros. Estas pesquisas buscavam articulação com o movimento social e com a prática profissional. Em relação a esse aspecto, cabe lembrar que é na gestão de Josefa Batista Lopes na ABESS que se realiza o primeiro encontro nacional de pesquisa em Serviço Social, o qual é sediado São Luís.

Convém ainda enfatizar o protagonismo desse grupo no âmbito do Serviço Social Latino-americano, através da professora Josefa Batista Lopes, a qual ocupou em 1983 a vice-presidência da ALAETS-CELATS e em 1986, a presidência dessa entidade.

Cumprir destacar que o processo de redefinição do Serviço Social na direção da ruptura ocorre, em âmbito local, num intenso processo de envolvimento e participação de professores, alunos, profissionais e supervisores de estágio do Curso de Serviço Social do Maranhão, referenciando-se nas exigências da realidade local e na realidade brasileira. Nessa dinâmica, a centralidade está em desenvolver uma

proposta de formação profissional que contribuísse para incorporação, pelos profissionais, de uma atitude crítica frente à sociedade e aos setores dominantes.

Em síntese, fatores como as reflexões internas já acumuladas; a participação efetiva do Curso de Serviço Social da UFMA nos debates nacionais promovidos pela ABESS e CFESS; o significativo número de docentes com cursos de mestrado e doutorado, a rearticulação do movimento estudantil no âmbito do curso e o avanço da pesquisa foram determinantes para a ampliação e aprofundamento do debate profissional no Estado em articulação com o debate nacional.

Nesse espaço, é relevante destacar a contribuição do Maranhão no resgate do Projeto Profissional de Ruptura conforme expresso no livro **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura de autoria de Maria Ozanira da Silva e Silva, publicado em 1995, tendo sua quarta edição publicada em 2007. Trata-se do registro dos resultados de uma ampla pesquisa bibliográfica e documental desenvolvida sobre a produção do Serviço Social no Brasil, sob a coordenação técnica nacional da Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva, com a participação de docentes e alunos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Ceará e Universidade Estadual do Ceará.²¹ No contexto do livro, o Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social é

“Entendido como o esforço de superação da tradição conservadora que marcou profundamente as construções teórico-metodológicas do Serviço Social no Brasil, até os anos 70 ... qualificado pelo deslocamento da base positivista-funcionalista e pela aproximação com a tradição marxista; pela desmistificação da pretensa neutralidade da ação profissional, com clarificação da possibilidade do estabelecimento de vínculo orgânico dos profissionais com os interesses e necessidades das classes populares, enquanto setores majoritários dos usuários dos serviços prestados pelos assistentes sociais; e pela perspectiva de orientar-se por um projeto político, tendo como horizonte a transformação social” (SILVA, 2007, p. 14).

O acervo utilizado na investigação, que originou o livro, representa a síntese de uma pesquisa nacional sobre a literatura produzida no âmbito do Serviço Social que, dada à amplitude, foi dividida em grupos bibliográficos: livros sobre o Serviço Social

²¹ Participaram da pesquisa: as professoras Maria Ozanira da Silva e Silva (coordenadora geral, UFMA); Josefa Batista Lopes (UFMA); Mercedes Cywinski (PUCSP); Olda Andreazza (PUCSP); Maria Madalena Nascimento Sartin (UFES); Alba Pinho de Carvalho (UFCE); Maria da Conceição Pio (UECE) as bolsistas de iniciação científica e, posteriormente, de aperfeiçoamento: Jisselda de Oliveira Gonçalves da Silva; Luciana de Amorim Parga Martins Araújo; Núbia Élbis Cutrim da Silva; Cleonice Correia Araújo; Alzimar Mourão Moraes, todas da UFMA; Agnes Cristina Albert do Espírito Santos (UFES); Valquíria Gomes da Silva, Almonfrey (UFES); as bolsistas de iniciação científica Ana Lúcia Nunes (UFMA); Maria do Amparo Monteiro de Melo (UFMA); Maria Célia Pantaleão e Silva (PUCSP) Andréa Lopes Vasconcelos (UECE); Elvânia da Silva Moraes (UECE); Albertina Proença Rodrigues Alves (PUCSP) Alberto Antônio Camuana (PUCSP).

brasileiro; publicações do CBCISS, representada pela Revista Debates Sociais e pela Coleção Temas Sociais; artigos publicados pela Revista Serviço Social & Sociedade; anais, relatórios e teses apresentadas nos congressos das então entidades nacionais do Serviço Social: Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), Conselho Federal de Assistentes (CFAS); Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) e Secretaria de Estudantes de Serviço Social ligada à União Nacional de Estudantes (SESSUNE); dissertações e teses apresentadas e defendidas junto aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil.

Além do estudo da bibliografia específica do Serviço Social, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica sobre temas de referência para o estudo, como: classes sociais; o popular; o projeto popular na realidade brasileira; intelectuais orgânicos; processo de transformação social, mediações e militância política x ação profissional. Foram indicados três temas que orientaram o resgate do conteúdo da produção: Processo de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, percebido enquanto esforço de construção de alternativas de prática profissional, procurando desvendar sua natureza e seus desdobramentos, configurados pela caracterização desse Movimento Reconceituador e por um conjunto de teses configurativas; bases teóricas de fundamentação do Projeto Profissional de Ruptura, representada no estudo pelas categorias teóricas: Estado, instituição e política social; classes sociais, classes populares e movimentos sociais; transformação social e Serviço Social e indicações para construção da proposta metodológica do Projeto Profissional de Ruptura investigado, tendo sido sistematizados como eixos articuladores desse projeto: formação de alianças; educação popular; investigação-ação; assessoria a setores populares e redefinição da prática da Assistência Social. Foram identificadas como exigências básicas da proposta metodológica: articulação teoria/prática; definição do objeto de intervenção; relação sujeito/objeto; articulação da prática profissional com a realidade social; pesquisa; organização da categoria profissional e redefinição da formação profissional.

Tem-se, portanto, a produção mais ampla já desenvolvida sobre a literatura do Serviço Social brasileiro para o resgate do esforço de ruptura demarcado na profissão a partir dos anos 1970 e consolidado nos anos 1980, desenvolvido com significativa contribuição do Maranhão²².

²² Cada grupo bibliográfico deu origem aos seguintes textos, considerados produtos parciais da pesquisa: ARAÚJO, Cleonice Correia; Silva, Maria Ozanira da Silva. Configuração de um Projeto Profissional para o Serviço Social: contribuições dos autores brasileiros, São Luís: UFMA, 1992 (mimeo.); SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al. Configuração de um Projeto Profissional para o Serviço Social: estudo de 10 anos da Revista Serviço Social & Sociedade (1979-1989). Cadernos CEDEPESS, São Paulo 2, 1994; SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al.

4 O MARANHÃO NA CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL NAS ATUAIS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS

4.1 Participação do Maranhão na Consolidação do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro

A partir dos anos 1990 o Serviço Social do Maranhão vivencia novos desafios no contexto das mudanças societárias que passam a ocorrer no seio do capitalismo internacional que, no Brasil, manifestaram-se como um contraponto às proposições constantes da Constituição Brasileira de 1988 e estabeleceram as bases para modelar um processo de Reforma de Estado.

Como lembra Pochmann (2004, p 41), em nome da integração do país às novas mudanças configuradas no contexto internacional, de 1990 a 2002 promoveram-se: liberalização dos mercados de produtos, de serviços, de trabalho e de capitais; incentivo à incorporação de conhecimentos provenientes do exterior; venda de empresas estatais e adequação do Estado aos parâmetros do mercado.

No Maranhão, apesar do discurso governamental de que se estaria vivendo um tempo qualitativamente superior (“um novo tempo”), esse Estado apresentava uma taxa de crescimento econômico bem inferior ao da Região Nordeste. De acordo com dados do IBGE, entre 1995 e 1999, enquanto a Região Nordeste cresceu 12,9%, no Maranhão esse percentual foi de apenas 6,9% (SOUSA, 2004).

O investimento produtivo para absorver a força de trabalho pobre e em crescimento no Estado, era insuficiente e concentrado em grandes projetos minero-metalúrgicos, pecuários e monocultores, cujos efeitos mostravam-se inexpressivos para a região, em termos da multiplicação das oportunidades de emprego e do aumento da renda. Esses projetos conviviam com uma indústria tradicional em depressão, com a pequena produção agrícola e urbana, além da pesca artesanal, todas de baixa produtividade. (ARCANGELI et al 1997).

No setor rural verificava-se uma grande pressão sobre o governo exercida por parte de setores organizados da sociedade, especialmente pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), para resolver o problema do campo.

Configuração de um Projeto Profissional: as contribuições do CBCISS para o Serviço Social. Temas Sociais, Rio de Janeiro, 241, 1994; SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al. Classes Sociais, o Popular e o Projeto Popular na Realidade Brasileira. São Luís: UFMA, 1995 (mimeo.); SILVA, Núbia Élbis Cutrim da; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Configuração de um Projeto Profissional para o Serviço Social: o pensamento das entidades nacionais. CEDEPESS, São Paulo, I, 1994. Além desses textos, foram elaboradas várias monografias de conclusão de curso.

Para situar o Maranhão no contexto das mudanças que ocorriam no Brasil e no mundo, iniciou-se em 1995 um processo de Reforma de Estado análogo ao projeto de âmbito nacional. Os idealizadores da proposta local inovaram, em relação ao projeto nacional, ao rechaçarem a existência de uma crise de gestão, explicitando claramente seu propósito de alinhamento do governo estadual ao novo paradigma gerencial que se difundia nos marcos do capitalismo.

A primeira etapa da proposta de reforma contemplava o saneamento das finanças públicas; a modernização dos sistemas administrativos, com vistas à agilização dos processos de gestão e o acesso aos serviços públicos e à informação. A segunda fase (Lei 7356 de 29 de dezembro de 1998), tal qual a proposta nacional, também contemplava a busca da efetividade através da desestatização, reforçando a busca da flexibilização e da democratização, com vistas à configuração de um processo de gestão enxuto, ágil e eficiente no atendimento aos públicos demandantes. Para substantivar esse pacto com a alteração das práticas de gestão e da cultura organizacional que lhe davam suporte, houve uma regionalização do governo mediante a criação de órgãos denominados Gerências de Desenvolvimento Regional, criados em dezoito Regiões Administrativas do Estado.

Para o Serviço Social do Maranhão há que se destacar três campos principais onde esse conjunto de mudanças se materializaram.

O primeiro espaço foi o da intervenção profissional, propriamente dita, com a reconfiguração dos espaços ocupacionais e as alterações atinentes às demandas da força de trabalho, funções, competências e habilidades destes profissionais. Isto porque as mudanças nos padrões de intervenção estatal passaram a se expressar nos municípios, em função da adoção da descentralização como princípio da gestão das políticas sociais, processo acentuado no Maranhão em razão da já referida regionalização da administração pública consolidada no processo de Reforma. Houve, assim, a abertura de oportunidades de trabalho com suas contradições, exigindo dos profissionais a construção de respostas qualificadas às necessidades sociais, o que trouxe novas questões relacionadas aos compromissos éticos e às condições materiais e político-ideológicas da prática profissional (SANTANA et al, 2006).

O contexto histórico que se caracteriza por transformações societárias, com a perda ou retração de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, atingiu

fortemente o eixo da previdência, ao mesmo tempo em foi sendo fortalecido, no contexto da seguridade social, o eixo da assistência social²³.

O segundo campo de materialização das mudanças refere-se à vinculação profissional com os movimentos sociais, uma das diretrizes do Código de Ética Profissional, já que um dos desdobramentos da crise do estado social foi a crescente demanda por uma mediação técnica da relação profissional com a sociedade, o que indicava uma tendência crescente à despolitização da prática.

Esses dois aspectos conferiram substância ao terceiro desafio relacionado ao processo de formação profissional. Isto porque a preocupação com a necessidade de preparar trabalhadores para responder ao processo de reestruturação produtiva trouxe para o centro da agenda governamental a reconfiguração da questão educacional, com a proposta de redução da atuação do Estado nas atividades relacionadas à manutenção e funcionamento do ensino. Nesse sentido, a própria LBD (Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996) referencia o MEC a conferir normas de controle sobre os procedimentos relacionados à formação acadêmica, a partir de um modelo profissional voltado para os imperativos do mercado.

À semelhança do que acontece em outras unidades de ensino, o espaço da academia sofre uma reconfiguração, a partir dos anos 1990, com a criação de grupos²⁴ que passam a ser o centro nucleador de experiências de pesquisa e de extensão e que possibilitaram um grande avanço em termos de produção bibliográfica e técnica dos assistentes sociais do Maranhão.

No caso particular da extensão, embora persistam experiências articuladas à luta dos movimentos sociais populares e emancipatórios, há uma tendência crescente à sua conformação numa perspectiva técnica, como assessoria e prestação de serviços a instituições públicas.

²³ Nesse aspecto, destaca-se a contribuição da professora Maria Ozanira da Silva e Silva na elaboração e coordenação da Política de Assistência Social do Maranhão de 2001 e na sua revisão em 2006. A mesma professora vem coordenando uma ampla pesquisa nacional sobre a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com a participação de docentes e alunos de pós-graduação da PUCSP e PUCRS, coordenados, respectivamente pelas professoras Maria Carmelita Yazbek e Berenice Rojas Couto.

²⁴ Para dar suporte a essas mudanças, a organização do processo de produção acadêmica passou a ser desenvolvida através de grupos de pesquisa, constituídos em torno de eixos temáticos, congregando professores e alunos da graduação e da pós-graduação. São eles: Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza - GAIEPP; Grupo de Pesquisa, Extensão sobre Relações de Gênero; Étnico- Raciais, Mulheres e Feminismos - GERAMUS; Núcleo de Estudos de Política, Lutas Sociais e Ideologias- GPSOLIS; Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Processos de Desigualdade e Exclusão Social- GDES; Grupo de Estudos, Pesquisa e Debate em Serviço Social e Movimentos Sociais- GSERMS.

De acordo com Abreu e Lopes (2007, p.11), o denominado projeto ético-político do Serviço Social que se consubstancia referenciado nas diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC e pelos fóruns da categoria, define-se e se redefine no movimento contraditório da sociedade. Move-se entre a flexibilização posta pela política privatista da educação superior para atender às exigências do mercado e a resistência a essa tendência a partir do compromisso profissional com as lutas democráticas e emancipatórias da sociedade.

Essa contradição tem sido enfrentada através de um movimento articulado, a partir de dois núcleos: a formação acadêmica que orienta a organização dos estudantes (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO) e dos profissionais (ABEPSS); e o núcleo do exercício profissional que mobiliza os profissionais hoje congregados pelo Conselho Federal do Serviço Social (CFESS).

As mesmas autoras indicam os principais instrumentos de resistência constituídos no seio da categoria: o currículo dos cursos; o código de Ética que foi revisado, em 1993 e avança em relação à construção de 1982; a regulamentação da profissão pela lei 8662 de 7 de junho de 1993; e a produção intelectual que resulta de um significativo avanço da pesquisa.

Outra medida utilizada para enfrentar esses desafios foi fortalecer o processo de produção e socialização de conhecimentos sistematizados através da pós-graduação.

Nesse campo foi criado em 2006 um Curso de Especialização em Políticas Sociais e Processos Pedagógicos em Serviço Social, que está em andamento.

No contexto da mobilização que orienta a direção social do atual projeto ético-político do Serviço Social continua relevante a participação da maioria das professoras do Departamento de Serviço Social capitaneadas por um grupo que vem se destacando historicamente nessa construção: como membros efetivos do Centro de Documentação em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS)²⁵; na coordenação de graduação e na vice-presidência da regional da ABESS²⁶, na composição da comissão nacional de currículo responsável pela mobilização elaboração e síntese das diretrizes

25 Marina Maciel Abreu e Franci Gomes Cardoso.

26Fizeram parte da Executiva Nacional da então ABESS na gestão 19982- 19983: Josefa Batista Lopes- presidente; Alba Maria Pinho de Carvalho- secretária executiva e Franci Gomes Cardoso- tesoureira. Foram vice-presidentes regionais da ABESS em outros mandatos: Iracema Ribeiro, Franci Gomes Cardoso, Marina Maciel Abreu, Josefa Batista Lopes, Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha e Maria Virgínia Moreira Guilhon.

curriculares e da primeira Comissão de Especialista na área de Serviço Social junto à SESU/MEC.

A participação efetiva do grupo do Maranhão²⁷, nesse processo, aliada à sua coerência histórica na defesa do projeto político ancorado em uma perspectiva teórica de feição anticapitalista, criou as condições técnicas e políticas para o retorno desse grupo à direção da ABEPSS²⁸, na gestão 2007/2008.

Em conjuntura mais recente, assistentes sociais do Maranhão continuam dando uma significativa contribuição no campo da produção bibliográfica. Pelos títulos a seguir comentados, essa contribuição se amplia do campo específico do Serviço Social para abordar temáticas também relevantes para as Ciências Sociais, ampliando e consolidando, assim, como acontece com o Serviço Social brasileiro, o protagonismo do Serviço Social do Maranhão na construção do conhecimento.

Temos, então, em 1995 a publicação do livro **Organização das Classes Subalternas: um desafio para o Serviço Social**, de autoria de Franci Gomes Cardoso, pela Cortez Editora, que se propõe a reconstruir categorias teóricas de ampla utilização no Serviço Social, como classes sociais e classes subalternas; consciência de classe e hegemonia na tradição marxista. A autora de apropria dessas categorias para reconstruir a história de sujeitos e eventos relevantes na sociedade brasileira, como os movimentos e organizações das classes subalternas no Brasil contemporâneo; o ciclo de greves no final dos anos 1970; a construção do Novo Sindicalismo, a Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores, procurando, no resgate histórico desses sujeitos, destacar a consciência de classe, a resistência e a construção de uma nova cultura política.

Em 1997, é publicado pela Cortez Editora o livro **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva** de autoria de Maria Ozanira da Silva e Silva, introduzindo o Serviço Social brasileiro no resgate do debate e de experiências internacionais sobre os programas de renda mínima e apresentando o estágio já alçando por esses programas no contexto do Sistema de Proteção Social brasileiro.

27 Esse processo teve como principais representantes no Maranhão as professoras: Marina Maciel Abreu e Franci Gomes Cardoso e Josefa Batista Lopes

28 A gestão 2007-2008 da ABEPSS tem na direção Marina Maciel Abreu- presidente; Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira- secretária executiva; Raimunda Nonata do Nascimento Santana- tesoureira; Josefa Batista Lopes – coordenadora de Pós-Graduação; Franci Gomes Cardoso- suplente; Lília Viana Penha- vice-presidente regional

Em 2001, Maria Ozanira da Silva e Silva coordena uma coletânea publicada pela Cortez Editora com o título **O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da Pobreza no Brasil**, com participação de vários autores, abordando a temática da pobreza, da ação solidária e da solidariedade e conferindo centralidade à apresentação de resultados de pesquisas empíricas sobre o Comunidade Solidária, estratégia de enfrentamento à pobreza do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em 2001, Maria Ozanira da Silva e Silva coordena uma coletânea publicada pela Veras Editora, com o título **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática**, reeditada em 2004, reunindo trabalhos de vários autores tratando de conteúdos teórico-metodológicos da pesquisa avaliativa e apresentando algumas experiências de avaliação de programas sociais.

Em 2002, é publicado pela Cortez Editora o livro **O Serviço Social e a Organização da Cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional, reeditado em 2007, de autoria de Marina Maciel Abreu, desenvolvendo uma análise dos processos de organização da cultura e da institucionalização do Serviço Social, com demarcação do princípio educativo da prática do assistente social, destacando o conformismo mecanicista enquanto princípio educativo que marcou a institucionalização do Serviço Social e o compromisso for dista/keynesiano, enquanto base do “bem-estar”. Segue a autora analisando os perfis pedagógicos do assistente social como formas de inserção profissional em processos de organização de cultura, destacando a pedagogia da “ajuda” e da “participação” e o movimento de construção de uma pedagogia emancipatória, tomando com sujeitos as classes subalternas. Destaca ainda as tendências atuais da função pedagógica do assistente social na sociedade brasileira.

Em 2006, é publicado pela Cortez Editora, o livro **A Política Social Brasileira no Século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda, de autoria de Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Carmelita Yazbek e Geraldi di Giovanni, com uma quarta edição, revisada e ampliada em 2008. O livro é produto de uma rede de pesquisa envolvendo o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PUCSP e o Núcleo de Estudo de Políticas Públicas/UNICAMP. Aborda os programas de transferência de renda no contexto do Sistema de Proteção Social brasileiro, destacando o debate internacional e nacional sobre esses programas; os programas pioneiros implementados no Brasil; os programas estaduais e os nacionais, com destaque também a uma análise do desenvolvimento histórico desses programas no Brasil e sua qualificação e caracterização.

Em 2006, com reedição em 2008, foi publicada a coletânea **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**, coordenado por Maria Ozanira da Silva e Silva e Maria Carmelita Yazbek, produto da rede de pesquisa indicada acima, congregando autores maranhenses e diversos autores de renome nacional. Aborda a Política Pública do Trabalho em diferentes perspectivas; as formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais; o trabalho feminino; a economia solidária, o trabalho informal; juventude e políticas do trabalho, além de apresentar os rumos do trabalho no Brasil e avaliação do PLANFOR, enquanto política de qualificação profissional desenvolvida no Brasil.

Em 2007, Lourdes Maria Leitão Nunes Rocha o livro **Violência de Gênero** elaborado a partir de extensa pesquisa realizada pela autora no Brasil sobre o significado das casas-abrigo como estratégia de enfrentamento da violência de gênero. Com base em uma bibliografia nacional e internacional e nas observações e entrevistas realizadas, a autora constrói um retrato atualizado dessas organizações. Considera que a violência de gênero, que é produzida no âmbito das relações sociais, tem caráter estrutural e que sua materialização se dá, tanto nas instituições fundamentais do processo de reprodução social, quanto nas relações entre criaturas singulares.

4.2 O Protagonismo do Maranhão na Pós-Graduação e na Pesquisa em Serviço Social no Brasil

No espaço desse artigo, merece, ainda, destaque a participação do Maranhão no campo da pesquisa, integrando comitês de assessoria junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e na pós-graduação, integrando a Área do Serviço Social na Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Nesse aspecto, destacam-se dois níveis de inserção: um representado pela manutenção de um Programa de Pós-Graduação e o outro, pela contribuição no desenvolvimento da Política e das normas que orientam a inserção do Serviço Social na pós-graduação e na pesquisa no Brasil.

O primeiro nível de inserção é representado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, que desenvolve um curso de Mestrado e um de Doutorado. É um Programa de caráter interdisciplinar e interdepartamental, contando com a participação dos Departamentos Acadêmicos de Serviço Social, enquanto Departamento proponente e de maior sustentação, Sociologia e Antropologia, Economia, Saúde Pública e Direito. Tem como objetivo formar recursos humanos, em nível de pós-graduação, para refletir e intervir

criticamente na realidade social, no campo das políticas públicas, seja na vida acadêmica, seja em órgãos governamentais ou da sociedade civil. Vem se constituindo numa referência regional e nacional, recebendo alunos de vários Estados, tendo titulado, até maio de 2008, 85 mestres e 27 doutores, dos quais 2 em convênios de co-tutela com Universidades da França. Trata-se de um Programa consolidado, com avaliação cinco pela CAPES, o que significa o conceito muito bom em todos os quesitos avaliados. Desfruta de significativa relevância para o Estado do Maranhão e para as regiões Norte e Nordeste, contribuindo para a descentralização da Pós-Graduação no Brasil; atendendo a anseios de formação de recursos humanos locais e regionais de alto nível para o ensino e a pesquisa e atendendo à sociedade mediante prestação de serviços, no campo da pesquisa, consultoria, assessoria e formação de recursos humanos. Manifestações significativas dessa consolidação são representadas pelo desenvolvimento de dois Programas de Cooperação Acadêmica - PROCAD com outros programas de pós-graduação do país²⁹, com aprovação e financiamento da CAPES; desenvolvimento de Programas de Qualificação Institucional - PQI para formação de doutores docentes da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Federal do Mato Grosso, com aprovação e financiamento da CAPES; realização de um Mestrado Interinstitucional para a Universidade Federal de Roraima, aprovado e financiado pela CAPES.

Na sua relação com a graduação, o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas vem desenvolvendo esforços contínuos e sistemáticos para efetivar integração com o ensino de graduação, principalmente mediante o desenvolvimento de atividades de pesquisa, integrando docentes e alunos de cursos da graduação nos Grupos de Pesquisa que são articulados ao Programa; mediante a participação de todos os docentes em atividades da graduação; desenvolvendo eventos abertos, com a participação de professores convidados e do Programa. Essa articulação tem estimulado e despertado interesses no campo da pesquisa, da docência e da participação de alunos de graduação de cursos afins em processos seletivos ao curso de mestrado oferecido pelo Programa. Nessa direção, alguns aspectos merecem destaque, como a participação de alunos da graduação na produção técnico-bibliográfica de professores do Programa e elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso abordando temáticas relacionadas com linhas de pesquisa do Programa.

²⁹ Trata-se de um PROCAD desenvolvido de 2002 a 2005 com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e com o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade de Campinas e um outro PROCAD em desenvolvimento (2006 a 2009) com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

No que se refere à atuação do corpo docente, vem sendo atribuída relevante importância à articulação dos docentes do Programa com agentes da sociedade civil, bem como com os movimentos sociais populares e com instituições governamentais e não-governamentais. Incluem-se, nesse aspecto, as constantes atividades de prestação de serviços; como consultoria, assessoria; realização de estudos e pesquisas; realização de avaliações de programas sociais; desenvolvimento de capacitação de recursos humanos; atuação de docentes em outros setores da UFMA que desenvolvem atividades de pesquisa e de pós-graduação; participação em atividades relacionadas à pesquisa e à Pós-Graduação em outras universidades do país; participação de docentes na qualidade de assessores ad hoc do CNPq, CAPES e de fundações estaduais de amparo à pesquisa; participação de diversos professores em outras instituições de ensino superior, ministrando cursos, palestras, conferências, participando em bancas examinadoras de concurso público, de seleção a cursos de pós-graduação e de exame de qualificação e defesa pública de dissertações e teses; membros de conselhos editoriais; participação em entidades de representação da categoria profissional e de entidades científicas e de formação profissional. Ademais, tivemos a participação da Profa. Maria Ozanira da Silva e Silva no Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social, enquanto representante nacional no CNPq no período 2003-2005.

Há que se destacar, nesse processo, oito grupos ou núcleos de pesquisa, articulados ao Programa, sendo que alguns desses grupos ou núcleos já evidenciam nível considerável de consolidação expresso em publicações e na articulação nacional e internacional com outros grupos e programas de pós-graduação.

O Programa vem se constituindo referência, também, no desenvolvimento da produção de conhecimento, relacionado à área temática das políticas públicas, com alcance de significativo impacto de suas produções, merecendo destaque a Revista de Políticas Públicas, publicação acadêmica de periodicidade semestral, destinada a publicar trabalhos científicos produzidos por professores e alunos do Programa e pesquisadores e estudiosos externos de temáticas que se situem nas linhas de pesquisa do Programa, além de ser um importante veículo de intercâmbio.

Nos impactos gerados pelo Programa, em nível nacional, cabe destacar em 2007 a outorga do GRANDE PRÊMIO CAPES DE TESES à aluna Solange de Maria Teixeira com a tese **ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR NO TEMPO DO CAPITAL**: problemática social e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira contemporânea, com a orientação da Profa. Marina Maciel Abreu,

a qual recebeu o prêmio “Celso Furtado”, concorrendo ao esse prêmio no âmbito da grande Área de Ciências Sociais Aplicadas. Tivemos, ainda, em 2005, a tese de Cláudia Maria da Costa Gonçalves, sob o título **POLÍTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**: releitura de uma constituição dirigente, com orientação da Profa. Maria Ozanira da Silva e Silva, que recebeu “menção honrosa” na Área de Serviço Social na CAPES.

Em relação a Intercâmbios Institucionais, verifica-se uma expressiva atuação com instituições do Estado e da sociedade civil, através de convênios e termos de colaboração e de intercâmbios regional, nacional e internacional. Nessa direção, ressaltamos ainda o crescente esforço de inserção internacional, destacadamente com a realização da JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, instituída em 2003, tendo realizado, em 2007, sua terceira versão, contando com um número crescente de participantes internacionais e brasileiros, sendo, em 2007, inscritos para apresentação 363 trabalhos.

Ainda, para demonstrar a contribuição do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para o conhecimento e intervenção na realidade social, merecem destaque as temáticas que são abordadas no desenvolvimento de teses e dissertações, voltadas para a produção do conhecimento sobre questões sociais relevantes e atuais, disponíveis na pagina WEB do Programa www.pgpp.ufma.br.

Finalmente, há que se destacar, como o segundo nível de inserção do Maranhão na pós-graduação, a contribuição no desenvolvimento da política e das normas que orientam a inserção do Serviço Social na pós-graduação brasileira. Essa contribuição vem se fazendo efetivamente mediante a participação da profa. Maria Ozanira da Silva e Silva nas comissões de avaliação dos programas de pós-graduação da Área desde 2001, sendo representante adjunta na Área do Serviço Social na CAPES, em dois mandatos (2002 a 2004 e 2005 a 2007), período em que a Política e as normas, referentes à pós-graduação brasileira, vivenciaram grandes avanços e transformações e, no âmbito específico do Serviço Social, verificou-se um incremento considerável no número de programas e a consolidação da Área na CAPES. Nesse âmbito, foi publicado, em 2005 pela Cortez Editora, o livro, com a co-autoria e organização de Maria Ozanira da Silva e Silva e Denise Bomtempo Birche de Carvalho, **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil**. Esse livro apresenta os resultados de uma pesquisa tendo como fonte de informações os relatórios anuais apresentados a CAPES por todos os programas de pós-graduação integrantes da Área de Serviço Social, no período 2001-2003. Aborda a constituição

histórica do Serviço Social no Brasil, realçando o surgimento e o desenvolvimento da pós-graduação; apresenta e analisa os recursos humanos e as atividades de formação desenvolvidas pelos programas; apresenta o desenvolvimento da pesquisa e a produção e divulgação do conhecimento a partir dos programas de pós-graduação.

5 CONCLUSÃO

As reflexões desenvolvidas no decorrer deste artigo permitiram reafirmar que o Serviço Social no Maranhão se insere na dinâmica do desenvolvimento histórico da sociedade e, em particular, do Serviço Social brasileiro. Nesse processo, contribui, largamente, com a construção dos três movimentos históricos do Serviço Social brasileiro.

Como visto, o primeiro movimento foi marcado pela ajuda e fundamentado por um conteúdo doutrinário de natureza religiosa. O segundo movimento se expressou pela busca de formulação tecnicista modernizadora da profissão, com fundamentos positivista-funcionalistas. O terceiro movimento é marcado pela intenção de ruptura da profissão com sua herança conservadora, hegemônico na atualidade, buscando seus fundamentos no pensamento crítico e, particularmente no marxismo.

O Serviço Social no Maranhão não só compartilhou desse movimento histórico, mas contribuiu, efetivamente, para sua construção no campo acadêmico: na formação profissional em nível de graduação e pós-graduação; na organização profissional; na produção do conhecimento; na intervenção na realidade social e, destacadamente, foi sujeito na construção dos projetos profissionais históricos do Serviço Social, merecendo ressaltar o Projeto Ético-Político e Profissional que marca um Serviço Social crítico e comprometido com os segmentos subalternizados da sociedade brasileiras, os sujeitos usuários dos nossos serviços.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e Organização da Cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa. Formação Profissional e Diretrizes Curriculares. **Revista Inscrita**, Ano VI, N. 10, novembro de 2007. (Dossiê CFESS).

BRANDÃO, Selma Maria Silva de Oliveira. **Serviço Social e Questão Social no Maranhão**: resgate histórico do “Trabalho junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís”, no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA, 2007. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão).

CALDEIRA, José de Ribamar. Estabilidade Social e crise política: o caso do Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 46, 1978. p. 55-101.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das Classes Subalternas**: um desafio para o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A Questão da Transformação e o Trabalho Social**: uma análise gramsciana. São Paulo: Cortez, 1983.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA. v. 11, n. 01, 2007. p. 125-148.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

LIMA, Terezinha Moreira. **A Política Social no Dia-a-Dia**. São Paulo: Cortez, 1982.

LOPES, Josefa Batista. **Objeto e Especificidade do Serviço Social**: pensamento latino-americano. São Paulo: Cortez, 1979.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. A Construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS, CEAD/Unb, 1999.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Assistente Social: ética e direitos**. Coletânea de leis e resoluções (CRESS - 7ª Região, Rio de Janeiro, 2001).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação Profissional do Assistente Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O Comunidade Silidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil** (org.). São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O Serviço Social e o Popular: regate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura**. 4a ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Refletindo a Pesquisa Participante**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (org.) **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática**, 2ª ed. São Paulo: Veras, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; CARVALHO, Denise Birche (orgs.). **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção do Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; SOUZA, Salviana de Maria Pastor Santos. **Prática de Investigação-Ação**. São Paulo: Cortez, 1984.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Garaldo Di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**, 3a ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK (orgs.). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**, 2ª ed. 2008. São Paulo: Cortez.

ARCANGELI et al. Demandas por qualificação profissional do Maranhão: referências básicas. **(Mimeo)**, UFMA. 1997.

PEREIRA, Raimunda Barbosa Costa Silva. Proposta Curricular de Serviço da Universidade Federal do Maranhão. **Serviço Social e Sociedade** n.14. Ano V abril 1984. São Paulo: Cortez Editora.

POCHMANN, Marcio. **Políticas de Inclusão Social: resultados e avaliação**. São Paulo: Cortez. 2004.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. **Projeto Ético-Político**. www.cress-mg.org.br; acesso em 12.05.2008.

SANTANA, Raimunda Nonata et al. Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Políticas Sociais e processos pedagógicos em Serviço Social. **Mimeo**. 2006.

SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. **Educação Profissional no Brasil: centralização e descentralização no processo de gestão das políticas governamentais**, 2004. (Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão). em Políticas Públicas da UFMA).

UFMA. Colegiado do Curso de Serviço Social. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. **mimeo**. 2005.